

EDcl no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 21.692 - DF (2015/0073767-5)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
EMBARGANTE : **MARIA DE FATIMA SIQUEIRA SILVA**
ADVOGADO : **MAURIZIO COLOMBA E OUTRO(S) - SP094763**
EMBARGADO : **UNIÃO**

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA. OMISSÕES E CONTRADIÇÕES. VÍCIOS NÃO CONFIGURADOS.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC/2015, destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material.
2. No caso, a embargante não demonstra quaisquer desses vícios, apenas expõe seu inconformismo com a solução adotada no aresto impugnado.
3. O acórdão embargado firmou o posicionamento de que o termo inicial da prescrição da pretensão punitiva disciplinar, nos processos administrativos disciplinares, é a data do conhecimento do fato pela autoridade hierarquicamente competente para a instauração do procedimento administrativo, e não a da ciência da infração por qualquer servidor público.
4. Discussão acerca de qual seria a data exata do conhecimento do fato, demandaria, na hipótese, dilação probatória, providência incompatível com o rito do mandado de segurança.
5. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa, Gurgel de Faria, Herman Benjamin e Napoleão Nunes Maia Filho votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília, 27 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator